

V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

O MOVIMENTO SINDICAL NO GOVERNO LULA ENTRE A DIVISÃO E A UNIDADE.

Galvão Andréia.

Cita:

Galvão Andréia (2010). *O MOVIMENTO SINDICAL NO GOVERNO LULA ENTRE A DIVISÃO E A UNIDADE*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/574>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**O MOVIMENTO SINDICAL NO GOVERNO LULA ENTRE A DIVISÃO E A
UNIDADE**

Andréia Galvão

Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp
Pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas/Unicamp

E-mail: agalvao@unicamp.br

**Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de
Ciencia Política organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia
Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.**

Resumo

Esta comunicação se propõe a analisar a nova configuração do movimento sindical no governo Lula, buscando refletir sobre suas causas e indicar possíveis tendências. Para isso, abordaremos os principais elementos do processo de recomposição do movimento sindical, apontando os fatores de divisão e de aproximação entre as diversas centrais sindicais, a fim de apontar suas diferenças e semelhanças. Por fim, buscaremos discutir de que maneira essas organizações interpretam a crise econômica iniciada em 2008 e como reagem a ela.

Introdução

O movimento sindical brasileiro vem passando por um processo de reconfiguração desde a ascensão do PT ao governo federal. Esse processo é provocado por diversos fatores. Em primeiro lugar, pelo descontentamento de algumas correntes sindicais com as políticas adotadas pelo governo petista, sobretudo em seu primeiro mandato: com efeito, além de manter os principais elementos da política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso, Lula promoveu e/ou tentou implementar uma série de reformas que reduziram ou ameaçavam reduzir direitos trabalhistas. Uma delas, a reforma da previdência, realizada em 2003, levou à retirada de direitos dos servidores públicos, setor fortemente sindicalizado e com grande inserção junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior e mais longeva central sindical brasileira, desencadeando um processo de cisão e promovendo a criação de novas organizações: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), em 2004, e a Intersindical, em 2006.

Em segundo lugar, essa reconfiguração se deve à posição da própria CUT e da Força Sindical (FS) – que no passado estiveram em campos opostos na luta político-ideológica – diante do governo Lula. Se desde a década de 1990 verifica-se um processo de aproximação entre as duas centrais, naquele período ainda era possível identificar tensões e contradições que dificultavam uma atuação conjunta (Galvão, 2006, 2009). Já no governo Lula as diferenças se reduzem, ao ponto de ambas virem a constituir, no segundo mandato, base de apoio ao governo, com a participação de dirigentes da FS no Ministério do Trabalho e do Emprego¹.

Em terceiro lugar, deve-se destacar as estratégias adotadas pelo governo Lula para envolver o movimento sindical com sua plataforma política: foram criados organismos tripartites (o *Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social* – CDES – e o *Fórum Nacional do Trabalho* – FNT) para discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas. Parte dos sindicatos descontentes com a posição defendida por CUT e FS nesses fóruns já havia dado origem à Conlutas e à Intersindical, organizações que aglutinam correntes sindicais de esquerda. Outra parte criou a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que representa os sindicatos ligados à estrutura confederativa.

¹ A participação da CUT no governo remonta ao primeiro mandato, já que vários ministros e funcionários do primeiro escalão foram recrutados junto à central. Essa participação rendeu ao governo a pejorativa alcunha de “República Sindical”. Cf., por exemplo, Borges, 2010; Loyola, 2010; Brandt e Tosta, 2008; Felício, 2005.

Por fim, como parte das estratégias governamentais para o movimento sindical, é mister reconhecer o papel da legislação que consagrou o reconhecimento e o financiamento das centrais sindicais. Ao estabelecer critérios de representatividade para obter o reconhecimento legal, essa medida, aprovada em 2008, desencadeou um novo movimento de divisão e fusão de correntes sindicais, interessadas em preencher as condições para obter o repasse da parcela do imposto sindical que passou a ser destinada às centrais (Boito Jr. et al, 2009). Por um lado, constitui-se a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), oriunda sobretudo da Corrente Sindical Classista, que também deixa a CUT; de outro, verifica-se um processo de fusão de antigas e, por vezes, pouco expressivas correntes sindicais, ocasionado por fatores mais pragmáticos do que político-ideológicos: é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS)².

Além de defender a hipótese de uma maior convergência entre CUT e FS no governo Lula, este trabalho sustenta que o governo Lula aprofundou a divisão do movimento sindical, muito embora essa divisão possa ser analisada a partir de uma dupla chave interpretativa: de um lado, pode ser um indicativo de vitalidade, pois foi a forma encontrada por uma parcela do movimento sindical para manifestar sua insatisfação e seu descontentamento tanto com o governo quanto com as centrais sindicais próximas a ele³. De outro lado, parece expressar uma tendência à acomodação política, já que algumas organizações foram criadas em decorrência das mudanças introduzidas pelo governo na legislação sindical, de modo a se adequar a essas mudanças e se aproveitar dos benefícios por elas introduzidos.

Esses elementos indicam que não é possível analisar o movimento sindical brasileiro de modo unidimensional, pois a divisão organizativa tem diferentes motivações e significados. A despeito da manutenção da legislação que estabelece o monopólio da representação sindical na base e, por conseguinte, um único sindicato por categoria (fenômeno conhecido por unicidade sindical), as divisões proliferam na cúpula. Essas divisões, porém, não impediram o movimento sindical de realizar ações conjuntas para defender os trabalhadores dos efeitos da crise econômica e financeira desencadeada, em âmbito internacional, a partir de meados de 2008.

Esta comunicação pretende, pois, analisar a nova configuração do movimento sindical no governo Lula a partir de dois aspectos, tratados nas partes que seguem. A primeira parte enfatizará as reformas sindical e trabalhista que, a nosso ver, têm sido um dos principais propulsores desse processo de reconfiguração. A segunda parte buscará indicar como as diferentes centrais interpretam a crise e reagem a ela, a fim de analisar a relação entre divisão organizativa e político-ideológica X unidade na ação sindical.

² Além das centrais sindicais aqui mencionadas, há a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que, juntamente com a CGT-Confederação, é herdeira da Central Geral dos Trabalhadores criada em 1986. Além de dar origem às duas CGTs, é a partir da central de 1986 que se constitui, em 1991, a Força Sindical. Note-se, ainda, que a Social Democracia Sindical (1997) é fruto de uma cisão da Força Sindical.

³ A CUT passou a enfrentar dificuldades crescentes para manter sua independência frente a um governo comandado por um partido aliado (PT) e que contava com a participação direta de lideranças cutistas.

1. O impacto das reformas⁴

O governo Lula manteve em sua agenda, ao longo de seus dois mandatos, a proposta de realizar uma reforma sindical e trabalhista, tendo criado um organismo tripartite, o *Fórum Nacional do Trabalho* (FNT), para debatê-las. A reforma sindical passa pela discussão da unicidade sindical e das contribuições compulsórias que caracterizam a estrutura sindical brasileira⁵. Por diferentes razões, diversas correntes sindicais se opõem à extinção da unicidade sindical e de algumas das contribuições compulsórias, recusando-se a discuti-las no âmbito do FNT.

No caso da CUT, as correntes minoritárias⁶ eram contrárias inclusive à participação da central no FNT, por considerarem o tripartismo uma forma de cooptação e de conciliação de classe. Além disso, opunham-se ao projeto de reforma em discussão porque entendiam que as mudanças pretendidas levariam à centralização do poder nas cúpulas sindicais, reduzindo o espaço de resistência das correntes minoritárias e funcionando, assim, como uma porta de entrada para a reforma trabalhista⁷. Essas críticas levaram à saída de muitas correntes e dirigentes da central. O Movimento por uma Tendência Socialista participou, juntamente com algumas correntes do PSOL (Movimento de Esquerda Socialista/MES, Movimento de Ação Sindical/MAS, Movimento Terra Trabalho e Liberdade/MTL), da criação da Conlutas em março de 2004. A organização constitui uma experiência inovadora, na medida em que abrange não apenas entidades sindicais, mas também organizações populares e movimentos sociais. O movimento estudantil, por exemplo, tem grande presença em seu interior. Essa composição abrangente se justifica por uma concepção de classe ampla e pela compreensão de que o proletariado não deve ser organizado apenas no local de trabalho. Assim, a constituição da Conlutas se deu com o objetivo de “organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI” (Conlutas, 2004). Em 2006, durante o Congresso Nacional dos Trabalhadores, a Conlutas decidiu assumir-se como uma central sindical e popular: “a Conlutas busca agrupar em seu interior os trabalhadores organizados nos

⁴ Este item retoma a análise de Galvão, 2009.

⁵ As contribuições compulsórias são: contribuição sindical, contribuição confederativa e taxa assistencial. A primeira é paga por todo trabalhador, seja ele filiado ou não a sua entidade sindical, e seu valor corresponde ao salário de um dia de trabalho. Até 2008, o montante arrecadado era destinado aos sindicatos (60%), federações (15%), confederações (5%) e ao Ministério do Trabalho e Emprego (20%). A partir de então, as centrais sindicais passaram a ter direito a uma parcela dos recursos. As demais contribuições têm seus valores definidos em assembleia e a cobrança dos não filiados é passível de contestação na Justiça, pois a jurisprudência vigente a partir de 1996 entende que a extensão dessa cobrança aos não filiados fere o princípio constitucional da livre sindicalização.

⁶ Fundamentalmente: O Trabalho (fração trotskista do PT); Alternativa Sindical Socialista (ASS), uma frente heterogênea formada por militantes ligados a movimentos populares e a setores progressistas da Igreja Católica que militavam em diferentes tendências do PT (uma parte desses militantes permanece no partido, outra rompeu com o PT e uma fração dos que romperam aderiu ao Partido Socialismo e Liberdade-PSOL); CUT Socialista e Democrática (ligada à corrente Democracia Socialista do PT), Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PCdoB e Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

⁷ A centralização de poder na cúpula resultaria de um sistema de negociação em diferentes níveis, que atribuía ao contrato coletivo de maior abrangência o poder de indicar as cláusulas não passíveis de negociação nos níveis inferiores. O temor das correntes de esquerda da CUT era que as entidades de cúpula celebrassem acordos lesivos ao trabalhador, que não poderiam ser alterados pelas entidades de base.

sindicatos, os desempregados, os aposentados, os trabalhadores que se organizem nos diferentes movimentos populares e sociais da cidade e do campo, as organizações e movimentos que lutam contra toda a forma de discriminação e opressão, as organizações estudantis, as da juventude, e outras afins, que decidirem participar das lutas da classe trabalhadora”⁸.

Algumas correntes de esquerda da CUT, congregadas na Frente de Esquerda Sindical e Socialista (FES) – cujos principais dirigentes eram ligados à Alternativa Sindical Socialista (ASS), Unidade Classista (PCB) e correntes do PSOL (Enlace, Ação Popular Socialista/APS, Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL) – criaram a Intersindical por entenderem que a CUT deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para ser um instrumento de colaboração e conciliação de classes. Porém, nem todos os dirigentes e sindicatos que integram a Intersindical deixaram a central, optando por um duplo movimento: ao mesmo tempo em que avaliam que a resistência e o enfrentamento no interior da CUT não são mais suficientes, entendem que é preciso reconhecer a legitimidade daqueles que continuam lutando dessa forma (Intersindical, 2006). Nesse sentido, a Intersindical não se configura como uma central propriamente dita, pois isso implicaria que os sindicatos que participam dessa experiência saíssem da CUT. O objetivo principal de sua constituição foi formar uma frente contra as reformas do governo, entendendo que para isso é necessário organizar a base e não decidir, a partir de um movimento de cúpula e desconectado das lutas concretas, pela criação de uma nova instituição. Além de se recusar a assumir esse caráter, a Intersindical apresenta outra diferença importante em relação à Conlutas, na medida em que se restringe a organizar e mobilizar trabalhadores e sindicatos. Essa restrição deve-se ao fato de que a Intersindical considera que a tarefa primordial dos sindicatos é organizar o trabalhador em seu local de trabalho, ainda que o movimento sindical possa – e deva – se associar aos demais movimentos sociais na luta por interesses mais amplos. Ademais, essa restrição deve-se ao fato de que a Intersindical considera a participação de movimentos sociais e estudantes uma forma de aumentar a presença de partidos políticos – no caso da Conlutas, o PSTU – na direção da organização.

Fora da CUT, sete entidades ligadas ao sistema confederativo⁹, historicamente contrárias a mudanças na estrutura sindical, criaram, em 2005, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com o objetivo de reagir “às tentativas do governo Lula de acabar com a atual organização sindical pela revogação do Artigo 8º da Constituição Federal” (Nova Central Sindical de Trabalhadores, 2005).

Mais do que uma disputa quanto à melhor forma de organização sindical, que opõe defensores da unicidade sindical de um lado e seus críticos de outro, o surgimento de novas entidades sindicais foi fruto de uma disputa política entre diferentes concepções e práticas sindicais. Essa disputa diz respeito tanto à relação com o governo, quanto ao posicionamento perante as reformas. A reforma sindical, por exemplo, era defendida pela CUT e pela FS porque, mesmo que as mudanças em pauta não

⁸ Conlutas, 2006.

⁹ São as seguintes: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSBP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação e Afins (CNTA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT).

correspondessem ao projeto original de nenhuma delas¹⁰, saíam fortalecidas na medida em que obteriam reconhecimento legal, capacidade de negociação e recursos financeiros provenientes de uma parcela da contribuição negocial, que viria a substituir as contribuições compulsórias atualmente existentes.

A despeito de todo o debate realizado no FNT, a reforma sindical não avançou¹¹. As principais mudanças produzidas no âmbito da legislação sindical foram o reconhecimento e o financiamento das centrais sindicais, aprovados no segundo mandato de Lula (Lei 11.648/2008)¹². A referida lei estabelece critérios de representatividade (como a representação de, no mínimo, 5% do total de trabalhadores filiados a sindicatos no país, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos) e assegura o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas¹³.

A questão do reconhecimento das centrais tem gerado um processo contraditório: por um lado, verifica-se um movimento de fusão, a exemplo da criação da UGT, oriunda da CAT, CGT e SDS; por outro lado, vislumbram-se novas divisões, a exemplo da criação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), constituída fundamentalmente pela Corrente Sindical Classista (CSC) que, depois de criticar a formação da Conlutas, acabou deixando a CUT em 2007. Tanto num caso como no outro, as decisões parecem ser mais de ordem pragmática: no que se refere à UGT, trata-se da necessidade de cumprir os critérios de representatividade para ter acesso ao reconhecimento legal e à fonte de custeio negociada com o governo, e não necessariamente de uma afinidade político-ideológica; no caso da CSC – uma defensora histórica da unicidade – trata-se da possibilidade de utilizar os recursos da contribuição sindical para constituir uma estrutura alternativa de poder, já que seus próprios dirigentes alegam que, a despeito das divergências, não se trata de romper com a CUT, nem de considerá-la adversária¹⁴.

¹⁰ A Articulação Sindical (corrente majoritária da CUT) defendia o modelo de sindicato orgânico, assegurando o pluralismo sindical na base, mas acabou recuando para fazer um acordo com a Corrente Sindical Classista. Este acordo, denominado Plataforma Democrática Básica, previa a “manutenção da estrutura atual nos sindicatos de base, condicionada a critérios de representatividade e democratização nos estatutos” (CUT, 2005). A FS definia-se “a favor de uma estrutura sindical como um sistema misto de unicidade na base – sindicatos únicos por categoria profissional com base mínima nos municípios – e pluralidade na estrutura vertical, além da extinção paulatina do Imposto Sindical, em um prazo de cinco anos [...]” (Força Sindical, 2005: 14).

¹¹ Após dois anos de intensos debates no FNT, em 2005 o governo encaminhou ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC 369/2005) e apresentou um o anteprojeto de lei, cuja tramitação estava condicionada à aprovação da PEC. Para uma discussão desses documentos e uma análise crítica do tripartismo, consultar: Galvão (2004, 2005, 2007a e b), Dias e Bosi, 2005.

¹² Embora as centrais sindicais existissem de maneira ininterrupta desde 1983, quando a CUT foi criada, não havia na legislação brasileira nenhum instrumento jurídico que as reconhecesse “de direito”.

¹³ Que passaram, assim, a receber metade do montante anteriormente destinado ao Ministério do Trabalho e Emprego. O valor destinado às centrais sindicais consideradas representativas alcançou R\$ 65,7 milhões em 2008, R\$ 80,9 milhões em 2009 e R\$ 99,5 milhões em 2010. Ao contrário do que sustentavam alguns estudiosos nos anos 1990 (cf. por exemplo, Cardoso, 1997), a dependência dos sindicatos frente ao imposto sindical parece ter aumentado, uma vez que essa contribuição representou cerca de 80% dos recursos da FS, UGT, CTB e CGTB em 2008 (Villaverde, 2010a).

¹⁴ Cf. entrevista de João Batista Lemos a Lobregatte (2007). Ao mesmo tempo, os dirigentes da nova central alegam que a saída da CUT se deve ao hegemonismo da corrente majoritária e à falta de democracia interna da central, apontando sua falta de autonomia em relação ao governo (Gil, 2007). Em relação à primeira justificativa, pode-se considerar que a saída das demais correntes de esquerda reduziu o

Embora não haja uma série histórica confiável acerca da filiação sindical no Brasil, a tabela abaixo indica o movimento de declínio sofrido pela CUT e FS desde o último Censo Sindical realizado pelo IBGE, em 2001. No caso da FS, o declínio pode ser verificado comparando-se os dados do Censo com os disponibilizados pela própria central no ano de 2005. Já em 2009, verifica-se um aumento substantivo em relação a 2001 e 2005, aumento que continua em 2010¹⁵. No caso da CUT, o declínio pode ser observado comparando-se os dados do Censo com os divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) após ter realizado, a partir de 2005, uma campanha de Atualização Sindical destinada a regularizar o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). Os dados de 2009 indicam uma redução no número de entidades filiadas à CUT, em comparação com 2001. Já em 2010, verifica-se um aumento frente a 2009. Cumpre notar que o número de sindicatos divulgado pelo Sistema Integrado de Relações de Trabalho do MTE é subestimado, uma vez que inclui apenas as organizações cujo cadastro efetuado junto ao MTE já foi concluído. Segundo as centrais, o processo de registro das entidades sindicais pelo ministério é lento, o que as leva a declarar um número maior de filiados do que o apresentado na tabela. Se usarmos os dados do MTE, o aumento registrado pela CUT em 2010 frente a 2009 é insuficiente para recuperar o nível de 2001. Já se considerarmos os dados da central (cf. nota 19), o aumento ultrapassa largamente os indicadores anteriores.

Os dados de 2009 e 2010 trazem também informações a respeito das novas centrais. A lei de reconhecimento das centrais, de 2008, desencadeou uma corrida pela filiação de novas entidades, de modo que se observa um crescimento generalizado no número de filiados à CTB, Conlutas, NCST, UGT e também CGTB¹⁶. Ainda assim, muitos sindicatos brasileiros permanecem não filiados a nenhuma central¹⁷. Note-se que a criação e o crescimento da Conlutas e da CTB explica uma parte importante da redução dos filiados à CUT desde o surgimento dessas organizações até o ano de 2009¹⁸. A Intersindical não se configura como central, por isso não consta da tabela abaixo.

espaço da oposição no interior da CUT, ampliando as dificuldades dos setores minoritários. Mas o “alinhamento” da CUT em relação ao governo não era uma novidade. Assim, poderíamos perguntar: por que a saída da CSC não ocorreu antes? A lei de reconhecimento das centrais parece ter pesado nessa decisão. O anteprojeto de lei, que constitui uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego, foi encaminhado ao Congresso em julho de 2007 e já previa o repasse da contribuição sindical para as centrais. O fato de a criação da CTB ter ocorrido em dezembro de 2007, quando a lei – que seria aprovada em março de 2008 – já estava em discussão, parece-nos ser bastante significativo.

¹⁵ Levantamos aqui a hipótese de que o declínio sofrido pela FS deve-se à percepção, por parte de alguns dirigentes sindicais, de que o apoio da central ao neoliberalismo foi exagerado, tendo provocado efeitos negativos sobre sua base. De modo correlato, podemos supor que a central só conseguiu estancar as perdas e crescer quando passou a apoiar o governo Lula e a assumir um papel mais crítico em relação ao neoliberalismo e ao processo de flexibilização de direitos. Procuraremos fornecer alguns elementos para sustentar essa hipótese no item seguinte do artigo.

¹⁶ Embora esta não seja uma nova central, como mencionamos anteriormente, já que se considera herdeira da CGT criada em 1986.

¹⁷ Segundo o CNES, 37,31% dos sindicatos cadastrados no MTE não são filiados a centrais sindicais, conforme dados validados até 24/05/2010.

¹⁸ Esse movimento foi ocorrendo paulatinamente e identificado também pela grande imprensa. Utilizando-se de dados referentes ao período 2003-2006, Salgado (2006) observa: “Em 2004, pela primeira vez a CUT viu tanto o número de sindicatos quanto o de trabalhadores filiados encolher. O primeiro passou de um total de 3.341 para 3.266 sindicatos, um recuo de 2,24%. Já a quantidade de pessoas filiadas caiu menos: 0,3%, chegando a 22,45 milhões no fim de 2004. No governo Lula como um

Tabela – Número de entidades filiadas por central

	2001*	2005	2009***	2010***** ¹⁹
CUT	2.838		1.698	1.863
FS	835	778**	982	1.346
CTB	-		271	436
Conlutas	-		39	63 ²⁰
NCST			680	769
UGT			559	757

todo, a central teve um resultado positivo, porém fraco. Expansão de somente 1% no número de trabalhadores filiados e de 5,5 % nos sindicatos. A Força Sindical foi bem mais além. Incrementou em 134% os sindicatos e em 100% as pessoas sindicalizadas” (Salgado, 2006). A perda sofrida pela CUT seria aprofundada posteriormente: “Levando-se em conta apenas os dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, só a CTB e a Conlutas, formadas quase que em sua totalidade por entidades que até poucos anos atrás integravam a estrutura cutista, somam 351 sindicatos filiados. Para se ter uma ideia do golpe dado pela criação das novas centrais na CUT, o número equivale a 21% do total de sindicatos que hoje pertencem à central (1.670). O rombo é ainda maior se contabilizados os sindicatos que hoje pertencem à Intersindical, formalmente não reconhecida como central” (Bruno, 2009).

¹⁹ Os dados divulgados pelas próprias centrais através da grande imprensa (por ex., Villaverde, 2010b) não conferem com os apresentados aqui. Se os dados ministeriais são subestimados, como alegam as centrais, pode-se considerar que os apresentados por elas próprias são superestimados, numa tentativa de mostrar maior representatividade e competitividade no “mercado” sindical. Segundo a CUT, a central possui 3.423 sindicatos filiados, número que não corresponde ao divulgado pelo MTE nem mesmo se consideramos as entidades aguardando protocolo na Secretaria de Relações de Trabalho e Emprego, as aguardando correções e providências e aquelas cujo cadastro foi invalidado pelo governo. Caso todas as entidades nessas categorias fossem contabilizadas, o número seria de 2.536 sindicatos. O dado divulgado pela CTB também difere do apresentado aqui: de acordo com a central, ela teria 750 filiados. Mas é um número mais próximo ao divulgado pelo MTE: se consideradas todas as categorias anteriormente mencionadas, seriam 733 sindicatos. Ver: <http://www2.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCentralSindical.asp>

²⁰ A Conlutas, embora cadastrada, não cumpre os critérios de representatividade estabelecidos pela lei das centrais, não tendo o direito de receber o repasse do imposto sindical. Nesse sentido, ela não é oficialmente reconhecida, não podendo realizar as atribuições e prerrogativas estabelecidas pelo artigo 1º da lei, a saber: “I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores”. A Conlutas alega ter se cadastrado para obter reconhecimento institucional, mas que recusará os recursos do imposto sindical, caso venha a alcançar os índices de representatividade. A recusa do financiamento é coerente com o discurso de autonomia e independência sustentado pela central, mas a busca de reconhecimento institucional nos parece contraditória com esse mesmo discurso, afinal, seus integrantes sistematicamente se opõem às negociações tripartites e denunciam o predomínio da luta institucional sobre o trabalho de mobilização das bases. Diante dessa contradição – bem como do apego dos dirigentes sindicais brasileiros a essa fonte de custeio que é, paradoxalmente, tão criticada por todos –, qual a garantia de que, uma vez obtido o direito de utilizar os recursos, os sindicatos filiados à Conlutas abrirão mão desse direito?

CGTB			244	325
------	--	--	-----	-----

* Cf. Censo Sindical IBGE.

** Dados da própria FS.

*** Cf. Sistema Integrado de Relações do Trabalho, MTE, dados até 18/02/09.

**** Cf. Sistema Integrado de Relações do Trabalho, MTE, dados até 24/05/10. Cf. http://www2.mte.gov.br/cnes/painel_atualizacao_trabalhadores.asp#

A proximidade político-ideológica entre Intersindical e Conlutas levou a um movimento de aproximação entre ambas a partir de 2007. No entanto, a divergência em torno da forma organizativa – constituir-se ou não como central sindical e qual sua composição – provocou conflitos internos que resultaram numa cisão no interior dessa organização: uma parte dos militantes (ligados ao PSOL) defende a fusão com a Conlutas (e a constituição como central, ainda que não uma central sindical e popular); outra (composta pela ASS e PCB), defende a permanência numa entidade distinta da Conlutas. As duas frentes mantiveram o nome Intersindical. Juntamente com a Conlutas, a primeira promove, em junho de 2010, o Congresso da Classe Trabalhadora, um congresso unificado destinado a discutir a fusão entre as duas entidades.

Além da reforma sindical, a reforma trabalhista também tem contribuído para alterar o cenário sindical, tanto do ponto de vista estritamente organizativo, quanto no que se refere ao posicionamento das organizações sindicais diante do governo.

Embora apresente um discurso de defesa de direitos, o governo Lula não interrompeu o processo de flexibilização da legislação trabalhista, ainda que o tenha feito em ritmo menor do que o verificado sob o governo Cardoso (Galvão, 2008). Com efeito, o governo vem realizando mudanças pontuais, sem discuti-las com a sociedade, a despeito da criação de fóruns tripartites supostamente dedicados a essa tarefa, como o FNT. Assim, implementou algumas medidas flexibilizantes, a exemplo da lei do primeiro emprego via contrato de duração determinada; da contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa (a chamada “pessoa jurídica” - modalidade de contratação que pode constituir uma forma de ocultar a relação de emprego, fraudando o pagamento de direitos trabalhistas e encargos sociais); e da lei do Super Simple, que possibilita a flexibilização do pagamento de alguns direitos trabalhistas para micro e pequenas empresas.

Sob o governo Lula, a flexibilização é pensada para públicos-alvo (jovens ingressantes no mercado de trabalho, pessoa jurídica, micro e pequenas empresas) e não como uma medida geral (a exemplo de alterações no artigo 7º da Constituição ou a substituição do legislado pelo negociado, ambas medidas pretendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso). Ao invés de mudanças constitucionais, procede-se a pequenas mudanças na legislação ordinária.

Outras medidas afetam especialmente os funcionários públicos. A despeito da instauração de mesas setoriais de negociação em 2003, destinadas a discutir reajustes salariais e plano de carreira, os servidores reclamam que não são efetivamente ouvidos e que muitos acordos celebrados não são cumpridos. Nesse sentido, a negociação seria mais formal do que a expressão de uma “democracia participativa”. Além disso, o governo elaborou um projeto para limitar o direito de greve de funcionários públicos, que estabelece a necessidade de aviso-prévio de 72 horas para a deflagração de greve; apresenta uma ampla lista de atividades consideradas essenciais, exigindo que as entidades sindicais assegurem a continuidade desses serviços e atividades durante a

greve; possibilita a contratação temporária de servidores para substituir grevistas. Não temos dados consolidados a respeito, mas parece ser plausível sustentar que vários sindicatos de funcionários públicos deixaram a CUT justamente em virtude desse tipo de proposta, que não teria sido suficientemente combatida por parte da central devido a seus vínculos com o governo.

Apesar da acomodação da CUT e da timidez com que reagiu a algumas das medidas questionadas por sua base, as iniciativas governamentais em matéria de precarização, de um lado, e as perdas de filiados, de outro, obrigaram a CUT a adotar, em alguns momentos, um discurso mais ofensivo. É o caso de seu posicionamento frente ao projeto de lei complementar 92/2007, que cria fundações públicas de direito privado para o desempenho de tarefas não “exclusivas” de Estado. Essas fundações poderão contratar trabalhadores conforme as regras vigentes no setor privado, nas seguintes áreas: saúde, educação, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, meio-ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social e promoção do turismo nacional. A CUT considera que essa medida constitui uma ameaça ao serviço público e que as áreas em que as fundações viriam atuar são de responsabilidade do Estado. Do mesmo modo, assume um discurso contrário a uma nova reforma da previdência, já que esse debate recolocou em pauta o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para a aposentadoria.

As medidas governamentais – sejam elas concretas ou ainda virtuais – têm provocado insatisfação entre os dirigentes sindicais, inclusive por parte de setores tradicionalmente próximos do PT, nesse contexto de maior concorrência entre organizações de cúpula. Essa insatisfação, porém, se manifesta de forma distinta: as centrais próximas ao governo adotam uma posição predominantemente institucional e preferem negociar a política, ao passo que as mais críticas optam por mobilizar sua base para tentar resistir às medidas que consideram prejudiciais aos trabalhadores, no que nem sempre são bem sucedidas.

Essa dificuldade de mobilização se deve aos altos índices de aprovação mantidos pelo governo Lula em seus dois mandatos, aprovação que se deve, sobretudo, a uma política de valorização do salário mínimo²¹ e de ampliação dos programas sociais²². Além dos ganhos no salário mínimo, o crescimento econômico registrado desde 2004²³ também repercutiu positivamente sobre o mercado de trabalho, colaborando para a redução do desemprego e da informalidade. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese/Seade para 6 regiões metropolitanas, o desemprego se reduziu de 21,8% em 2003, primeiro ano do governo Lula, para 14,1% em 2008 (índice mais baixo dos dois mandatos) e se manteve relativamente estável em 2009 (14,2%), a despeito da crise internacional. No que se refere à formalização, as estimativas do governo apontam um saldo entre 14 e 15 milhões de novos empregos formais após os

²¹ Em 2007, as centrais sindicais negociaram com o governo uma política de valorização do salário mínimo prevista para se estender até 2023. Por meio desse acordo, o salário mínimo será reajustado anualmente pela inflação mais a variação do PIB do ano anterior. Entre 2002 e 2010, ou seja, ao longo dos dois mandatos de Lula, o salário mínimo registrou ganho real de 53,67% (Cf. Dieese, 2010).

²² O Bolsa Família, por exemplo, um dos principais programas sociais do governo, aumentou o número de famílias beneficiadas de 3,6 milhões para 12,3 milhões entre 2003 e 2009, elevando o montante de recursos investidos no período de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 12,4 bilhões.

²³ O crescimento anual do PIB, entre 2004 e 2008, foi de: 5,7%, 3,2%, 4,0%, 5,7%, 5,1%.

dois mandatos²⁴. Por fim, ainda que os funcionários públicos tenham sido afetados por medidas como a reforma da previdência, houve um aumento líquido de 57 mil vagas entre 2003 e 2009 no Executivo Federal (Ministério do Orçamento, do Planejamento e Gestão, 2009) e os servidores registraram aumento salarial ao longo dos dois mandatos de Lula, em contraste com a falta de reajuste verificada no período de FHC²⁵.

Nesse contexto, ainda que haja insatisfação das centrais em relação ao governo, esta acaba sendo, predominantemente, moderada.

2. As centrais diante da crise

Não obstante as diferenças entre as organizações supra-indicadas, o apoio de parte significativa do movimento sindical ao governo Lula fez com que a posição das centrais diante da crise fosse muito mais propositiva do que crítica.

Os documentos produzidos pelas diferentes centrais diagnosticam, principalmente, uma crise estrutural, sistêmica, do capitalismo (caso de CUT, CTB, Conlutas, Intersindical). Em alguns casos, a essa crise estrutural se sobrepõe uma crise do modelo capitalista neoliberal (CUT, CTB). Outras centrais não defendem a tese de crise estrutural, mas sim de uma crise provocada pelos especuladores (UGT), e, numa análise semelhante, de uma crise financeira, provocada pelo predomínio do capital especulativo sobre o capital produtivo (FS).

Diante desta constatação, as centrais propõem 3 ordens de medidas:

1. A adoção de uma *Agenda Positiva do Trabalho*: a proposta elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) é apoiada por 6 centrais sindicais (CUT, FS, NCST, UGT, CTB e CGTB) e foi encaminhada ao Congresso Nacional em maio de 2009. Essa agenda propõe as seguintes medidas:

- Redução da jornada para 40 horas semanais como forma de combater o desemprego e redistribuir renda²⁶;

²⁴ Emprego formal ultrapassa 200 mil em março, diz Lupi. *Agência Diap*, 09 abril 2010. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/12735-emprego-formal-ultrapassa-200-mil-em-marco-diz-lupi>. Consultado em 12 abril 2010.

²⁵ A recuperação mencionada não significa que deixou de haver defasagem salarial. Entre 2003 a 2008, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a remuneração média do servidor público nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) cresceu 30,3% (MTE: remuneração média do servidor público cresce 30,3% em cinco anos. *Agência Diap*, 06 maio 2010. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/13004-mte-remuneracao-media-do-servidor-publico-cresce-303-em-cinco-anos>, acesso em 09 maio 2010). Esse valor, porém, apenas repôs a inflação acumulada no período, situada em 30% conforme o IPCA. Além disso, os reajustes são diferenciados conforme a carreira, o que gera insatisfação e greves nos segmentos contemplados com aumentos inferiores, que ainda reclamam das gratificações não incorporadas aos salários e da ausência de reestruturação de muitas carreiras. Por outro lado, os trabalhadores da administração pública e autárquica obtiveram 56% de aumento salarial real desde 2002 (Monteiro, 2010).

²⁶ Desde 1988, a jornada legal no Brasil é de 44 horas semanais. É importante considerar que a redução da jornada é uma demanda prévia à crise. A proposta de redução da jornada de trabalho sem redução de salários vem sendo apresentada pela CUT desde o primeiro ano do governo Lula, em 2003, como um meio de gerar empregos e foi apoiada por outras centrais sindicais, dando origem a uma campanha unificada no ano seguinte. Em dezembro de 2007, CUT, FS, UGT, NCST e CTB organizaram a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora, defendendo, entre outras medidas, a redução da jornada para 36 horas semanais.

- Aumento da hora extra para 75% da hora normal²⁷;
- Retirada de tramitação do projeto de lei (PL) 4.302/98, que amplia as possibilidades de terceirização²⁸;
- Aprovação do PL 142/03 (de autoria de Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP), que revoga a não existência de vínculo empregatício entre membros de cooperativas, bem como entre estes e os tomadores de serviço, a fim de coibir as cooperativas constituídas para fraudar direitos trabalhistas;
- Fim da demissão sem justa causa (mediante a assinatura da Convenção 158 OIT);
- Punição ao trabalho escravo e expropriação de terras para reforma agrária;
- Participação dos trabalhadores no conselho de administração das estatais;
- Fim do fator previdenciário²⁹ e reajuste das aposentadorias conforme o aumento do salário mínimo³⁰;
- Ratificação da convenção 151 da OIT, que estabelece a negociação coletiva no setor público;
- Estabilidade para dirigentes sindicais;
- Combate às práticas anti-sindicais;
- Regulamentação da contribuição assistencial, mediante a aprovação do PLS 248/06 (de autoria do senador Paulo Paim – PT/RS), que estabelece a contribuição obrigatória de 1% do salário bruto anual, inclusive aos servidores públicos e não filiados.

2. A implementação de um *Novo modelo de desenvolvimento*, que pressupõe o protagonismo estatal e a superação do neoliberalismo. É a posição defendida pela CUT, FS e CTB. Diferentemente do que aconteceu nos anos 90, quando as maiores centrais assimilaram (CUT) ou defenderam abertamente (FS) os principais aspectos da ideologia e do programa político neoliberal (Trópia, 2002; Galvão, 2002 e 2006), verifica-se uma maior resistência e mesmo uma crítica ao neoliberalismo, o que parece indicar uma mudança na posição dessas centrais. Estas passam a se pronunciar contrariamente à flexibilização (sobretudo à terceirização e à anualização da jornada, na medida em que o

²⁷ A legislação em vigor estabelece que a hora extra seja remunerada com 50% de acréscimo em relação à hora normal.

²⁸ A terceirização é combatida por representar uma precarização das condições de trabalho, já que os salários e benefícios pagos aos terceirizados são geralmente inferiores aos recebidos pelos trabalhadores diretamente contratados pela empresa.

²⁹ Trata-se de um redutor baseado na idade, tempo de contribuição e expectativa de vida do trabalhador, que diminui em até 40% o valor das aposentadorias para quem se aposenta pelo tempo mínimo de contribuição. Esse redutor foi instituído em 1999, em decorrência da reforma da previdência implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso no ano anterior, com o fim de estimular o trabalhador a permanecer mais tempo em atividade.

³⁰ Até a reforma de 1998, o valor da aposentadoria do setor privado era calculado tendo por base o salário mínimo. A reforma promoveu a substituição do número de salários mínimos por um teto nominal que, na prática, reduz o valor dos benefícios, desvinculando o reajuste das aposentadorias do reajuste do mínimo.

banco de horas impede o pagamento de horas extras) e à privatização (que resultou em demissões, redução de salários e restrição de direitos). A FS – que nos anos 90 havia apoiado a maior parte do programa neoliberal – modifica seu discurso e passa a falar em “Estado de resultados”³¹, defendendo o desenvolvimento sustentado e a subordinação do capital às prioridades sociais. A CUT manifesta-se favoravelmente ao investimento público e ao fortalecimento do mercado interno como medidas contra a crise e propõe articular a regulação do capitalismo a um “novo ciclo de tentativas de construção do socialismo” (CUT, 2009). Curiosamente o socialismo, que só esteve presente de maneira marginal no repertório da CUT nos anos 90, e isso por insistência das correntes minoritárias, volta a fazer parte do vocabulário da direção nacional justamente depois que as mais expressivas correntes de esquerda deixam a central. A CTB defende que o novo modelo de desenvolvimento nacional seja orientado na direção do socialismo mas, assim como a CUT, o socialismo figura muito mais no plano do discurso do que de suas propostas concretas, que apontam para uma perspectiva neodesenvolvimentista.

3. A articulação entre *propostas emergenciais* e a *luta pelo socialismo* constitui a posição da Conlutas e da Intersindical. Ainda que as medidas emergenciais coincidam em alguns pontos com a *Agenda Positiva* (por exemplo, a assinatura das Convenções 151 e 158 da OIT), elas são mais incisivas quanto à necessidade de ampliar direitos e abrangem medidas polêmicas do ponto de vista do direito burguês, questionando o direito de propriedade e o cumprimento dos contratos. Assim, essas medidas permitem conectar a defesa de uma parcela do direito burguês (a parcela que reconhece os direitos dos trabalhadores) à propaganda político-ideológica socialista. Seus principais pontos são:

- estabilidade no emprego (a Conlutas apresenta uma Medida Provisória nesse sentido);
- uma redução mais ampla da jornada de trabalho (36 horas semanais, sem redução salarial)³²;
- estatização (sem indenização e sob o controle dos trabalhadores) das empresas que demitirem seus empregados;
- taxação de grandes fortunas;
- não pagamento da dívida interna e externa;
- a ampliação do pagamento do seguro desemprego de 05 meses para 2 anos³³.

De qualquer modo, a proximidade entre as medidas emergenciais e a *Agenda Positiva* proposta pelas demais centrais possibilitou uma ação sindical comum, que discutiremos no item final deste trabalho.

Enquanto os trabalhadores apresentavam essas três ordens de propostas para combater a crise, o patronato manifestava-se contrariamente à intervenção estatal em matéria de política social (embora apoiasse o socorro às empresas em dificuldades), a

³¹ “nosso posicionamento é por um Estado de resultados. Que não seja forte para os ricos e fraco para os pobres; que não seja Máximo quando as empresas precisam de empréstimos e Mínimo no cumprimento da legislação que garante os direitos básicos da população” (Fernandes, 2009).

³² Note-se que essa era a posição defendida pela CUT e seus aliados em 2007.

³³ As demais centrais reivindicam 10 meses. Em fevereiro de 2009, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou o aumento das parcelas para 07 meses, apenas para os setores mais afetados pelas demissões.

favor do controle do gasto público e da redução de direitos (expressa em demandas por uma nova reforma trabalhista, pela flexibilização temporária das leis trabalhistas, e pela flexibilização de direitos pela via da negociação coletiva)³⁴. Essa posição suscitou críticas por parte do movimento sindical, que assumiu como bandeiras de luta: “o trabalhador não vai pagar essa conta” (CUT), “Que os banqueiros capitalistas paguem o custo da crise” (Conlutas), “nenhum direito a menos. Avançar na luta. Não ao pacto com o capital e seu Estado” (Intersindical) e “Os trabalhadores não vão pagar pela crise” (slogan da campanha unificada de todas as centrais, incluindo Conlutas e Intersindical). A semelhança entre as bandeiras de luta oculta uma diferença significativa entre as centrais. CUT, FS, CTB, UGT, CGTB e NCST partem do pressuposto de que há um interesse comum entre capital e trabalho. É esse interesse comum que viabiliza a parceria entre capital e trabalho em favor do crescimento econômico. Nem todo capital, porém, é considerado parceiro; apenas o capital produtivo, não especulativo, que não adota um posicionamento e um comportamento “oportunista”. De qualquer modo, é a crença nas virtudes do capital produtivo que permite a essas centrais se engajar na campanha pelo “Trabalho decente”, promovida pela OIT. Já a Conlutas e a Intersindical contrapõem-se à perspectiva da parceria e da conciliação de interesses e entendem não ser possível falar em “trabalho decente” sob o capitalismo.

Assim, é possível identificar 2 posições políticas mais gerais:

1) As centrais que apóiam o governo (CUT, FS, CTB, UGT, NCST e CGTB) destacam seu “bom relacionamento com o movimento sindical”, expresso nas negociações e consultas ao movimento sindical efetuadas nos fóruns tripartites, mesas de negociação sobre salário mínimo, sobre serviço público e aposentadoria e no reconhecimento das centrais. Entendem que o Brasil estava preparado para enfrentar a crise e que o governo atuou de forma positiva, ao aumentar o crédito para estimular o consumo; reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis, eletrodomésticos de linha branca (geladeiras, fogões, máquinas de lavar...) e móveis; manter investimentos³⁵; ampliar o programa Bolsa Família; e valorizar o salário mínimo, “suavizando os efeitos da crise” (CTB, 2009).

Assim, essas centrais priorizam a negociação com o governo, optam por canalizar a pressão sobre o Parlamento e por realizar acordos patronais. Não há confronto aberto com o governo, nem se cogita uma greve geral, por exemplo. Prevalece uma perspectiva propositiva, ainda que haja cláusulas interessantes do ponto de vista da resistência ao neoliberalismo (a defesa da manutenção e ampliação de direitos). Por outro lado, o apoio ao governo impede essas centrais de apresentarem reivindicações mais ousadas: limitam-se a reivindicações viáveis e críticas pontuais, na linha do sindicalismo propositivo (Galvão, 2002). O próprio reconhecimento das

³⁴ Isso indica que o neoliberalismo continua dominando as propostas de reforma trabalhista, dado o interesse patronal na redução do custo do trabalho, que seria decorrente da flexibilização de direitos.

³⁵ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007 com o objetivo de investir até 2010, entre recursos públicos e privados, em torno de R\$ 500 bilhões em obras de infra-estrutura, especialmente nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Ao invés de ser reduzido em virtude da crise, o montante de gasto foi ampliado em 2009, mas o andamento do programa é lento: passados três anos, ele não concluiu nem a metade das obras pretendidas (Cf. <http://www.casacivil.planalto.gov.br/2010/02/balanco-do-pac-3-anos/>). O programa de habitação “Minha casa, minha vida”, anunciado pelo governo em 2009, foi apresentado como tendo por objetivo assegurar 1 milhão de moradias para a população com renda de até 10 salários mínimos. Para uma crítica ao programa, cf. Hirata, 2009.

centrais em 2008, ao lhes assegurar o repasse de 10% do imposto sindical, amplia a dependência (e a docilidade) em relação ao governo.

Embora faça uma avaliação positiva do governo, a CTB apresenta críticas pontuais a ele. Isso pode ser observado, por exemplo, no acordo com o governo acerca do reajuste da aposentadoria, celebrado por CUT, FS e CGTB em agosto de 2009. Ao invés de insistir no fim do fator previdenciário, que constituía uma de suas reivindicações, o acordo realizado pelas centrais estabeleceu o fim do fator apenas do cálculo das aposentadorias dos segurados que preencherem o fator 85/95, isto é, para as mulheres que, entre tempo de contribuição e idade, somarem 85 e para os homens que somarem 95. O acordo também define um mecanismo de reajuste das aposentadorias inferior ao que será aplicado ao mínimo: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais 50% do PIB, ao invés da variação integral do PIB. Por não concordar com esses critérios, a CTB não participou do acordo.

Também há diferenças entre essas seis centrais em relação aos acordos celebrados com o patronato. Se comparamos o discurso sindical nos anos 2000 ao dos anos 90, é possível notar uma maior resistência à flexibilização. Apesar disso, há práticas que contrariam esse discurso. No início da crise, vários sindicatos realizaram acordos de redução da jornada, em alguns casos com redução salarial – a exemplo da FS, que considerava esses acordos necessários e emergenciais.

A CUT, por sua vez, apresenta um discurso crítico à flexibilização e orienta seus sindicatos a não firmarem acordos desse tipo³⁶, mas aceita acordos de banco de horas³⁷. O presidente da central, Artur Henrique da Silva, considera que a FS, ao aceitar redução de jornada com redução salarial, “estaria estabelecendo uma ‘agenda negativa’ ao tratar as demissões como algo inevitável, ao invés de defender o emprego e discutir alternativas para o crescimento econômico”³⁸.

2) A posição da Conlutas e da Intersindical é contrária ao governo e crítica ao Capital. Essas centrais opõem-se ao socorro financeiro do governo às empresas em dificuldade, à renúncia fiscal (pois esta leva à queda na arrecadação) e ao corte no orçamento público, defendendo um maior investimento em políticas públicas. Para elas, não se trata de regular o sistema, pois entendem que a crise é estrutural. Apontam a insuficiência das medidas adotadas pelo governo, questionam a participação dos sindicalistas nos organismos tripartites, considerando que tal participação, por um lado, confere ao processo decisório uma aparência de democratização e, por outro, leva à cooptação dos dirigentes sindicais. Consideram que a crise possibilita a intensificação da luta de classes e que este contexto deve ser aproveitado para fazer a agitação política, difundindo o programa socialista. Trata-se, porém, de uma posição minoritária, uma vez que a recomposição dos indicadores relativos ao mercado de trabalho tem dificultado a organização e mobilização dos trabalhadores em oposição ao governo.

³⁶ A decisão relativa à flexibilização, porém, não é respeitada pelos filiados. Como declarou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaquaquecetuba, Aparecido Riberio de Almeida, os acordos de flexibilização “são uma questão de sobrevivência [...] Ou flexibiliza ou perde o emprego. O que a lei nos permitir vamos flexibilizar sim”. Amato, Fábio; Simionato, Maurício. Flexibilização já atinge 40,6 mil metalúrgicos. Folha de S. Paulo, 10 de fevereiro de 2009, p. B3).

³⁷ Embora tenha sido uma questão polêmica no interior da CUT quando de sua implantação, o banco de horas surgiu, em 1995, a partir de um acordo celebrado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, um dos maiores filiados à central.

³⁸ CUT descarta redução salarial e suspensão temporária de contrato. Gazeta Mercantil, 15 jan. 2009.

Considerações finais: divisão ou unidade?

Apesar da divisão organizativa ter aumentado no governo Lula, das diferentes estratégias apontadas acima e dos distintos posicionamentos das centrais em relação ao governo (apoio e conciliação ou oposição e resistência), a crise econômica e financeira internacional levou as centrais a adotar uma plataforma comum, caracterizada pela defesa do emprego e dos direitos sociais, da luta contra a flexibilização e contra as demissões, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Essa plataforma possibilitou manifestações conjuntas, a exemplo do Dia Nacional de Luta em Defesa do Emprego (30/3/2009) e da Jornada Nacional Unificada de Lutas (em 14/08/2009) e ações comuns, como o recurso à Justiça para suspender ou impedir demissões. O caso mais notório foi o da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica, privatizada em 1994), que demitiu 4.270 empregados. A empresa, que possui unidades em São José dos Campos e Botucatu, foi alvo de uma ação judicial impetrada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (filiado à Conlutas) e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Botucatu (filiado à FS). A Justiça concedeu uma liminar suspendendo as demissões já efetuadas, sob a justificativa de que as mesmas não haviam sido negociadas com o sindicato, e impedindo novas demissões na empresa. Diante disso, o Sindicato Aeroespacial de São José dos Campos³⁹ ingressou com pedido de litesconsortie, para estender a seus filiados os efeitos da decisão judicial⁴⁰. Essas manifestações e ações conjuntas, porém, não apagam as diferentes concepções e estratégias políticas delineadas no item anterior.

Para concluir este texto, podemos apresentar algumas hipóteses para explicar como, a despeito da divisão organizativa e estratégica, é possível adotar essa plataforma comum:

1. Para as centrais críticas do governo, essa unidade seria conveniente devido à sua baixa inserção junto aos trabalhadores. O caráter minoritário dessas centrais, além do apoio popular ao governo, dificulta tanto a resistência quanto uma ação mais ofensiva. Além de seu caráter minoritário, a divisão desse campo em diferentes correntes constitui um obstáculo adicional. Nesse sentido, a fusão de uma das alas da Intersindical com a Conlutas, prevista para acontecer em junho de 2010, pode aumentar a capacidade de organização e mobilização da organização a ser criada.

2. Para as centrais aliadas do governo, pode-se aventar a hipótese de que a divisão do movimento sindical tem lhes forçado a agir e, inclusive, a criticar o governo. No caso da CUT, isso pode exprimir uma tentativa de evitar mais perdas (não apenas do ponto de vista quantitativo – já que Conlutas, Intersindical e CTB se originam dela – mas também de “capital político” pois, muito embora a CUT continue a ser a maior central sindical brasileira e tenha grande espaço no governo Lula, ela deixou de ser reconhecida como central combativa e independente). No caso da FS, que perdeu filiados entre 2001 e 2005 e reverteu esse movimento de declínio no quadriênio

³⁹ Esse sindicato foi criado em 2005 por sindicalistas ligados à CUT para disputar com a Conlutas a base de trabalhadores da Embraer. Isso só é possível porque a legislação brasileira, embora impeça a concorrência sindical na base, não impede o desmembramento de sindicatos por intermédio da criação (muitas vezes artificial e enganosa) de novas categorias profissionais. No caso em tela, trata-se de convencer a Justiça do Trabalho acerca das especificidades dos trabalhadores da indústria aeroespacial, que justificariam sua representação por um sindicato distinto dos metalúrgicos.

⁴⁰ A decisão, tomada no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho, foi derrubada posteriormente pela instância superior, o Tribunal Superior do Trabalho.

subseqüente, é possível observar que a central procede, justamente entre 2005 e 2009, a uma revisão de seu discurso, porém sem realizar uma auto-crítica.

Assim, pode-se considerar que a reconfiguração do movimento sindical brasileiro possui aspectos organizativos e político-ideológicos e é fruto de um duplo movimento: de um lado, ela reflete as disputas e diferenças que existiam no interior da CUT e nesse sentido expressa uma certa vitalidade, pois as tendências de esquerda já não tinham espaço para exprimir suas divergências no interior daquela central. De outro, ela é motivada por razões pragmáticas, relativas ao papel desempenhado junto ao governo (e às vantagens decorrentes desse apoio) e à necessidade de se adequar às exigências da lei de reconhecimento das centrais.

Esse movimento, que ocorre na cúpula do sindicalismo brasileiro, tem repercussões importantes sobre a base uma vez que, nesse contexto, as disputas entre as centrais pela filiação dos sindicatos de base tendem a se intensificar.

Referências bibliográficas

- BOITO JR, Armando, GALVÃO, Andréia, MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. *Observatorio Social de América Latina*, n. 26, p. 35-55, 2009.
- BORGES, Altamiro. A revista Época e a república sindical. Disponível em: <http://altamiroborges.blogspot.com/2010/05/revista-epoca-e-republica-sindical.html>. Acesso em 15 de maio de 2010.
- BRANDT Ricardo, TOSTA, Wilson. Era Lula consagra república sindical. *O Estado de São Paulo*, 06 abril 2008.
- BRUNO, Raphael, O quebra-cabeça sindical brasileiro. Migração para novas centrais leva CUT a perder o equivalente a 21% das entidades filiadas. *Jornal do Brasil*, 29 junho 2009.
- CARDOSO, Adalberto. O sindicalismo corporativo não é mais o mesmo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n° 48, p. 97-119, jul. 1997.
- CONLUTAS. Coordenação pretende se construir como uma alternativa de luta para os trabalhadores. In: www.conlutas.org.br, 2004.
- CONLUTAS, Resoluções do Congresso Nacional dos Trabalhadores, 2006.
- CSC, Boletim Nacional da CSC, 04 abr. 2007, In: www.csc.org.br
- CTB, Caderno de teses para o 2º Congresso, São Paulo, 2009.
- CUT, Resoluções da 11ª Plenária Nacional da CUT, 2005.
- CUT, Texto Base da Direção Nacional ao 10º Concut, 2009.
- DIAS, Edmundo F. e BOSI, Antônio. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. *Outubro*, n. 12, 2005.
- DIEESE, Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010. *Nota Técnica* n. 86, jan. 2010.
- FELÍCIO, César. Empresários temem república sindical, *Valor Econômico*, 16 mar. 2005.
- FERNANDES, Rogério. Toda força por um Estado de resultados. In: www.fsindical.org.br, 23 julho 2009.
- FORÇA SINDICAL. *Revista da Força* n. 8, set. 2005.

- GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. *Idéias*, v. 09, n. 1, 2002, p. 105-54.
- _____. A reforma sindical no governo Lula: mudança ou continuidade? In: BORGES, Altamiro (Org.). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.
- _____. Reforma sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso. *Revista PUC Viva*, São Paulo, v. 23, p. 17-27, 07 abr. 2005.
- _____. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. *Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. n. 14, p. 131-150, 2006.
- _____. Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista. *Adunicamp 30 Anos: Universidade e Sociedade*. Campinas, 2007a, p. 170-187.
- _____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2007b.
- _____. Entre o real e o virtual: as reformas sindical e trabalhista no governo Lula. In: Lucena e Previtali (Org.) *Capitalismo, Estado e Educação*. Campinas: Átomo-Alínea, 2008, p. 207-223.
- _____. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Revista Outubro*, n.18, p. 175-197, 2009.
- GIL, Rosângela Ribeiro. CTB: mais uma central sindical no Brasil. In: www.portogente.com.br, 16 out. 2007.
- GREVE remunerada para o servidor são férias, diz Lula. *Folha de S. Paulo*, 16 maio 2007, p. A 4.
- HIRATA, Francini. 'Minha casa, minha vida': política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? *Revista Aurora* n. 4, Unesp, 2009.
- INTERSINDICAL. Manifesto: Intersindical, um instrumento a serviço da luta de classes. In: <http://acaopopularsocialist.locaweb.com.br/textos/manifesto-intersindical-2006.pdf>
- LOBREGATTE, Priscila. Batista: por uma central democrática, unitária e autônoma. In: www.csc.org.br, 29 ago. 2007.
- LOYOLA, Leandro. A república sindical. *Revista Época*, 07 maio 2010.
- MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO, DO PLANEJAMENTO E GESTÃO, Evolução setorial da força de trabalho no governo Lula. *Comunicado SEGES* n° 1, agosto de 2009.
- MONTEIRO, Viviane. Salário de servidor público aumentou 56% desde 2002. *Valor Econômico*, 09 abril 2010.
- NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES. Por que uma outra central sindical. In: www.ncst.org.br. Acesso em 10 jan. 2006.
- SALGADO, Raquel. Com Lula, CUT cresce 5,5% e Força dobra total de filiados. *Valor Econômico*, 29 dez. 2006. In: valoronline.com.br

TRÓPIA, Patrícia. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. *Idéias*, v. 9, n. 1, 2002, p. 155-202.

VILLAVERDE, João. Imposto paga até 80% do orçamento das centrais. *Valor Econômico*, 05 março 2010(a).

_____. Os recursos das centrais sindicais. *Valor Econômico*, 13 abril 2010(b).